

# O perigoso aval dos BRICS à “inclusão financeira”

SUSANNE SOEDERBERG

Coincidindo com o V Encontro Anual dos BRICS na África do Sul, em março de 2013, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) lançou seu principal relatório sobre desenvolvimento humano, “A Ascensão do Sul: Progresso Humano em um Mundo Diversificado”. O documento é uma celebração dos BRICS e sua “impressionante transformação em economias dinâmicas com crescente influência política”. Nele se enfatiza como esta mudança está tendo um “impacto significativo” sobre o “progresso do desenvolvimento humano”, como mensurado pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Equipado com a receita para o sucesso do desenvolvimento, o PNUD recomenda diversas estratégias neoliberais a serem adotados por todos os países do Sul para assegurar que o progresso esteja disponível a todos.

Primeiro, o Sul precisa assegurar um relacionamento mais forte com os mercados globais. Além de empreendimentos estatais e privados, a liberalização financeira envolve um novo elemento, os pobres, que na última década foram reconceituados como “a base da pirâmide” ou os “não cobertos” ou “insuficientemente cobertos” pelo sistema bancário. Os pobres ainda constituem um segmento considerável da população, a despeito da “ascensão do Sul”.

Segundo, o Sul precisa aderir às regras da governança global, i.e., transparência, responsabilidade e legalidade – as quais foram definidas pelo FMI, o Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio e o G-20. O foco no acesso ao mercado financeiro global e na governança global surge ainda com mais força nos

---

## SUSANNE SOEDERBERG

Professora de Desenvolvimento  
Global e Estudos Políticos na  
Queen’s Universidade do Canadá.  
soederberg@queensu.ca

---

ARTIGO ORIGINALMENTE  
PUBLICADO EM INGLÊS NO SITE  
<[HTTP://WWW.PAMBAZUKA.ORG](http://WWW.PAMBAZUKA.ORG)>,  
EM MARÇO DE 2013.

Princípios do G-20 para a Inclusão Financeira Inovativa de 2010 (agora conhecidos como Princípios do G-20). Em sua qualidade de membros do G-20, líderes dos países dos BRICS endossaram a agenda de inclusão financeira como uma forma de incluir socialmente os pobres, reduzindo a pobreza.

Como estabelecido, a inclusão financeira se refere à garantia de amplo acesso para aproximadamente 2,7 bilhões de adultos pobres a serviços formais e semiformais, que vão desde o sistema bancário até o microcrédito e empréstimos para a habitação. Com a crise de 2008, ela própria deflagrada pelas estratégias de inclusão financeira fracassadas nos Estados Unidos e Europa, os líderes do G-20 assumiram a inclusão social como uma estratégia central de desenvolvimento para superar o cenário recessivo global.

Os Princípios do G-20 foram delineados pelo Subgrupo Acesso através da Inovação e pelo Grupo Especializado em Inclusão Financeira, ambos do G-20, este último envolvendo três parceiros-chave para implementação: a Aliança para Inclusão Financeira (financiada pela Fundação Bill e Melinda Gates), o Grupo Consultivo de Assistência aos Mais Pobres<sup>1</sup> (CGAP, na sigla em inglês) e a Corporação Financeira Internacional do Banco Mundial. A partir desta mistura arrebatadora de “especialistas” pró-mercado, foram delineados, em Seul, pelos líderes do G-20, os Princípios para a Inclusão Financeira Inovativa, no ano de 2010.

Mencionados princípios do G-20 implicam uma estrutura regulatória baseada na responsabilização (individualizada) e diretrizes voluntárias. Eles representam extensões, ao invés de rupturas, do projeto de desenvolvimento neoliberal. Os Princípios atuam na legitimação, normalização e consolidação das reivindicações de poderosos interesses do capital transnacional, os quais se beneficiam do *status quo*.

A primeira maneira pela qual estes objetivos são alcançados é por meio do obscurecimento e dissimulação das relações de exploração e tendências especulativas envolvidas nas estratégias de

---

1 Nota do Tradutor: Trata-se de um centro de microcrédito independente com sede no Banco Mundial, formado pela parceria entre 34 organizações-líderes.

inclusão financeira. Esta tendência, melhor descrita pela noção de David Harvey de “acumulação por desapropriação”, também levou à crescente dependência, e elevada vulnerabilidade, na natureza volátil das finanças globais, que têm sido historicamente marcadas pela especulação, pânico e crises – todas as quais vão contra os objetivos do crescimento pró-pobres e o alívio da pobreza da agenda de inclusão financeira.

Um bom exemplo da ascensão das tendências especulativas no desenvolvimento global é a securitização de créditos (ABS, na sigla em inglês). Securitização descreve um processo de reunião de empréstimos individuais e outros instrumentos de débito, transformando este pacote em uma segurança – ou seguranças –, e aumentando seu *status* de crédito, ou aumentando ainda mais sua venda a investidores terceiros, tais como fundos mútuos e de pensão.

A securitização de créditos teve sua utilização dramaticamente aumentada nos Estados Unidos do fim da década de 1990, antes de se expandir para a Europa e, eventualmente, para o Sul. Juntamente com a série de crises em economias de mercados emergentes, no final dos anos 1990, e a subsequente escassez de empréstimos de baixo custo e de longo prazo, o FMI apregoou as virtudes da securitização como meio para que as entidades dos setores público e privado levantassem fundos.

Por exemplo, a habilidade de microfinanciar instituições para que elas se voltassem à securitização para levantar capital significativa que mais pessoas “excluídas financeiramente” – as quais, no Ocidente, são chamadas de mutuários não preferenciais – são inseridas no mercado. A securitização no Sul global é bastante pequena em comparação com os mercados dos Estados Unidos. Mesmo assim, o uso das ABS em uma ampla variedade de iniciativas de inclusão financeira tem crescido rapidamente, embora de maneira desigual, desde o final da década de 1990.

Ainda assim, é importante compreender que, a despeito da sua linguagem técnica e aparentemente neutra, a securitização não é nem apolítica nem um cenário apenas de vantagens para credores e devedores, mas sim caracterizada por relações de poder desiguais e abusivas (isto é, empréstimos predatórios). Enquanto a

securitização pode elevar o capital barato dos geradores (ou seja, instituições financeiras monetárias) e atuar na redução do risco financeiro dos investidores estrangeiros envolvidos em transações de securitização no Sul global, ela o faz a um custo social, transferindo tanto os riscos quanto os impostos extrativos para os pobres.

Portanto, a securitização tem feito pouco para realizar a promessa neoliberal de crescimento e progresso mediante investimentos na produção e, assim, na instituição de salários estáveis e sustentáveis e, por extensão, na redução da pobreza. Na verdade, a crescente frequência e intensidade dos fiascos financeiros têm feito o Sul, e especialmente os menos favorecidos da região, mais suscetíveis às consequências da acumulação especulativa.

Não obstante a experiência histórica do neoliberalismo desde a década de 1980, a solução da última crise tem sido a inclusão de ainda mais pobres em um sistema financeiro volátil, especulativo e altamente interconectado, de modo que eles possam, nas palavras do G-10, “administrar seu salário não confiável, baixo e irregular”.

Esta é uma estratégia baseada em classes que visa buscar mais saídas para o dinheiro do crédito especulativo por meio da criação de devedores ligados ao “cassino global” e não pode, de forma alguma, substituir um salário social decente e moradias acessíveis, além de serviços de educação e saúde. O elemento “financeiro” deveria ser rejeitado como um meio e objetivo final na tentativa de inclusão social.

Tradução: Camila Alves da Costa